

# O SUBALTERNO NÃO ANDA ELE DESFILA: O “ROLEZINHO” NO CONTEXTO PÓS-COLONIAL

**Marlon Marcelo**<sup>1</sup>

**Fernanda Borges Henrique**<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Graduando em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, E-mail:  
[marlonmarcelo29@hotmail.com](mailto:marlonmarcelo29@hotmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, E-mail:  
fe.nandaborges@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho apresenta uma análise, por meio de uma perspectiva pós-colonial, dos chamados “rolezinhos” e como esse fenômeno se inseriu no contexto de discursos contemporâneos brasileiro. Buscou-se analisar a lógica classificadora que delimita espaços de acordo com categorias identitárias. Como método procurou-se analisar de forma majoritária as reportagens da mídia paulista a cerca do evento, que cobre depoimentos dos agentes envolvidos nesse fenômeno, sendo esses os frequentadores do local, a mídia e os indivíduos dos conhecidos “bondes”, ou grupo de pessoas que entoam batidas de funk nos shoppings. Todo discurso é proferido a partir de um contexto de fala que é marcado por algum lugar, seja político ou social, específico. Assim, ao refletir-se sobre os discursos proferidos observou-se também o que se fala, a partir de um contexto em que se insere e o lugar social ocupado por quem fala. Tratou-se também de observar o que o deslocamento social dos jovens que participaram dos “rolezinhos” foi capaz de causar nos diversos discursos analisados. Ademais, discutiu-se a cerca do contexto identitário no qual os jovens se encontram e se reafirmam como tal. E por fim discorrer sobre a lógica colonial que perpassa os discursos da mídia e dos agentes envolvidos.

**Palavras-chaves:** Colonialismo contemporâneo; Subalternização; Funk; Urbanidades.

## Introdução

Em um contexto contemporâneo, onde informações, pessoas, produtos e relações mudam constantemente com incrível velocidade, a identidade, antes rígida e interiorizada no sujeito, se vê esfacelada nas correlações entre eles. Esta “modernidade Tardia” (HALL, 1992), marcada por um deslocamento incessante da vida social, destrói antigos hábitos, cria-se novos e mescla aqueles já estabelecidos produzindo uma realidade multidimensional consagrada pelo conflito e pela desestruturação da ordem. Um espaço marcado por relações líquidas (BAUMAN, 2000), onde todos tentam, com sua maneira, conquistar seu lugar de fala e dar a ele sua devida autoridade.

Em janeiro deste ano viu-se surgir em algumas das grandes cidades brasileiras, principalmente do estado de São Paulo, um fenômeno em que centenas de jovens – em sua maioria moradores de favelas - se reuniam em um grande grupo para passear nos shoppings centers das metrópoles. Os chamados “rolezinhos” trouxeram divergências de opiniões sobre “os tipos de pessoas” que teriam direito de frequentar grandes shoppings sem serem incomodadas pela segurança do local. Segundo Ana Krepp, jornalista do jornal Folha de São Paulo, em matéria do dia quinze de janeiro de dois mil e quatorze, “Rolezinhos são encontros marcados por redes sociais que atraem centenas de jovens a shoppings. Eles entram pacificamente nos locais, mas depois, costumam promover correria assustando lojistas e frequentadores”. A grande questão que permeia os conhecidos “rolezinhos” é como esses jovens provocaram correria dentro dos shoppings centers e assustaram lojistas e frequentadores destes locais.

Ainda segundo Ana Krepp, “Os adolescentes se reúnem em grupos de cerca de vinte. Passam correndo por corredores entoando batidas do funk. Os que vêm atrás se integram aos demais, numa formação conhecida como ‘bonde’”. Dessa maneira, vê-se que o incômodo provocado por esses jovens nos locais em que eram realizados os “rolezinhos” se aproxima a um esbulho localizado, isto é, a uma demarcação social de espaços que desconsideram e excluem alguns sujeitos que estão ali envolvidos. Afinal, segundo depoimento, registrado pela repórter Laura Capriglione, para a Folha de São Paulo, uma frequentadora do Shopping Internacional de Guarulhos, revoltada com a chegada de centenas de jovens pobres que marcaram de se divertirem pelo shopping: “Tem de proibir esse tipo de maloqueiro de entrar num lugar como este”.

## Discussões

A lógica classificadora que delimita espaços de acordo com categorias identitárias é, em suma, um pensamento colonial implícito. Nos discursos dos agentes tenta-se perpetuar uma estrutura desigual herdada de um processo histórico, marcado pela exploração de recursos e pessoas. Historicamente, o Brasil foi um país escravocrata, local onde o objetivo majoritário era exaurir seus recursos naturais e sua gente. Um Estado-Nação que se deu a partir de processos conflituosos entre colonizadores e colonizados, interpelado por uma lógica perversa de relações de poder. Assim, o país é permeado, ainda nos dias atuais, por seu passado dividido entre casa-grande e senzala, onde ambos os locais entoam vozes, porém só alguns são ouvidos.

Como aponta Foucault (1970), todo discurso é proferido a partir de um contexto de fala que é marcado por algum lugar, seja político ou social. . Dessa maneira, a “ordem do discurso” assume um papel de importância para análise de identificação dos sujeitos da fala. A autoridade outorgada à mídia permite que essa se provenha de um discurso, este representante de um grupo ou classe, para legitimar ou não certos eventos. Ao analisar as reportagens, precisou-se refletir a que e a quem esse discurso representava, pois como assinala Foucault (1970), o discurso é permeado por um jogo de interesses, que envolve agentes políticos e marcadores de identidade. Dessa maneira, faz-se necessário analisar o que se fala através do contexto em que se insere, de qual grupo de pessoas se deseja alcançar e o que determinado discurso traz à tona e representa.

Toda essa produção do discurso permeia uma discussão mais profunda, que atinge a constituição da identidade do sujeito pós-moderno. Um ser descentrado - fragmentado- em várias paisagens culturalmente marcadas, como Gênero, classe, sexualidade, nacionalidade, etnia e raça (HALL, 1992) tentando lidar com uma estrutura colonial que o atinge de diversos modos. Como já citado, herdeiros de um sistema escravocratas os brasileiros reproduzem , quer na mídia quer no dia-a-dia, um pensamento segregacionista em que há um padrão civilizador a ser seguido, no qual sua periferia é expurgada para fora dos padrões e conseqüentemente relegada à opressão.

Essa periferia descendente de classes pobres ou escravas dos períodos colonial e imperial sofre os interditos de um grupo sucessor das grandes elites açucareira, cafeeira e industrial. Rebentos de cativos distantes no tempo esses jovens de hoje, embora que o

país tenha passado por sua “abolição”, padece com a diferenciação colonial que marca seus corpos. Como denomina Florestan Fernandes esses “novos negros”, emergentes da revolução industrial brasileira, com poder de compra são conduzidos a buscar a vida do branco e ter de, a cada dia, se instruir nos modos “civilizados”. Como afirma Fanon: “Para o negro, há apenas um destino. E ele é branco” (FANON, 1975 p.28). Nessa perspectiva aqueles que praticam o “rolezin” utiliza do mundo do “branco”, no caso o shopping de classe média alta, para se expressar e se legitimar perante a esta classe dominante.

Tal atitude mostra como o processo colonizador é ambíguo, pois apresenta uma dualidade da conquista, um pensamento que propõe ao mesmo tempo uma opressão cria uma relação de querer estar na posição do colonizador. Assim, um sistema de valores ao criar um parâmetro de vida dito “digno” e o “melhor” sufoca aqueles que não o compartilham, porém também fazem com que eles o desejem. Como aponta Florestan:

“A propensão do ‘novo negro’, mais ou menos sensível às exigências da ordem social competitiva, entra em conflito crescente com a manipulação de seus interesses, sentimentos e aspirações de acordo com o modelo da ‘exceção que cofirma a regra’. Esse ‘novo negro’ aspira a viver como o ‘branco’ de nível social equivalente e prefere isolar-se socialmente a praticar um comercio racial que prejudicaria sua concepção da dignidade humana. Neste foco surgem as evidencias que atormentam mais profundamente e desorientam as avaliações dos círculos conservadores da ‘raça dominante’, pois veem nessa propensão uma rebeldia ‘contra o branco’ e um ‘perigo racial’ a ser contornado.” (FERNANDES, 1972 p.33).

Essa busca para ser o branco de certa forma apresenta como o sujeito se desloca dentro do tecido social para se adaptar e confrontar as relações de poder vigente. Em virtude disso, ocorre, também, sua desestabilização da identidade. Isso se assemelha ao fato que Fanon descreveu nas Antilhas a cerca do uso da língua francesa, instrumento que marca as posições sociais (coloniais). Como ele apresenta:

“[...]o fato de o negro recém-chegado adotar uma linguagem diferente daquela da coletividade em que nasceu, representa um deslocamento, uma clivagem.[...] É que o antilhano é mais “evoluído” do que o negro da África: entenda-se que ele está mais próximo do branco; e esta diferença existe não apenas nas ruas e nas avenidas, mas também na administração e no Exército. [...] o branco, ao falar *petitmègre*, exprime esta ideia: “Você aí, fique no seu lugar!”(FANON, 1975 p. 39-40,46)

Todo esse movimento regido por uma ordem de influências, de prestígio, de conquista cria um novo indivíduo, marcado por uma mistura de seres que não é fixo, mas entre dois mundos, a colônia e a metrópole. Essa busca incessante de ser o outro cria nesse sujeito uma identidade híbrida (HALL, 2013), transitória entre os espaços. É nesse mundo partido que essa pessoa pós-moderna vive, entre o shopping de classe média e os becos da favela.

Dessa maneira, para Hall (2013), a modernidade é marcada pela conquista, expropriação, genocídio, escravidão, pelo sistema de engenho e pela longa tutela colonial. Nesse sentido, a declaração supracitada da frequentadora do Shopping Internacional de Guarulhos, nos remete à história a qual somos tomados ao falar do Brasil. A história de uma hierarquização social, a qual negros e brancos não devem se misturar. Assim, como bem aponta Stuart Hall (2013):

“Possuir uma identidade cultural nesse sentido é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha interrupta. Esse cordão umbilical é o que chamamos de ‘tradição’, cujo teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua ‘autenticidade’. É claro, um mito – com todo potencial real dos nossos mitos dominantes de moldar nossos imaginários, influenciar nossas ações, conferir significado às nossas vidas e dar sentido à nossa história.” (HALL, 2013 p.32)

Assim, o conceito de identidade cultural, em seus termos, essencializada e ligada à tradição é um mito que tende a se enfraquecer nas sociedades ditas modernas. Dessa maneira, a modernidade permitiu que os sujeitos se apropriassem de várias identidades e se deslocassem de seus lugares de origem, se articulando de maneiras diferentes. Nesse sentido,

“É um processo de ‘zona de contato’, um termo que invoca ‘a copresença espacial e temporal dos sujeitos anteriormente isolados por disjunturas geográficas e históricas (...) cujas trajetórias agora se cruzam’. Essa perspectiva é dialógica, já que é tão interessada em como o colonizado produz o colonizador quanto vice-versa [...]”. (HALL, 2013 p. 34)

Esse indivíduo diaspórico (HALL, 2013) vive introduzido nos diversos universos culturais. O brasileiro como exemplo ainda vive o ressoar da escravidão das senzalas, a tentativa do ser o português e as imagens míticas do autóctone indígena.

Essa visão multifocal e deslocada cria um campo de ação simbólica, no qual as disputas pelas identidades ficam submetidas a um jogo de poder, ainda marcada pelo colonialismo interno. A tentativa de construir uma consciência nacionalista possibilita com muita facilidade a uma rigidez estática; onde há apenas a substituição de autoridades e de burocratas brancos por equivalentes do local, ademais, há muito probabilidade de esses substitutos continuarem com os velhos arranjos (FANON, 1979). Isso se deu na construção da Nação brasileira que foi constituída por uma ideologia de *Apartheid*, na qual a classe dominante novecentista incutiu um projeto embanquecedor da sociedade. Qualificado como eugenista e higienista esses planos apresentam como a antiga colônia portuguesa elaborou uma nação nos moldes de estrutura arcaica lusa.

Desde a estigmatização da miscigenação nas terras tropicais aos estudos das escolas de direito<sup>1</sup> a cerca da população negra do país, a classe intelectual nacional buscou criar uma nova ideia das terras tupiniquins ao fazer imergir um mito que de certa forma idealizava uma nação brasileira. Esse mito pautado em uma democracia racial, e, por conseguinte social, igualava os diversos setores da sociedade em uma relação pacífica, onde todos dividiam o mesmo espaço. Essa visão idílica perpassa até hoje o imaginário brasílico no qual o preconceito e a segregação são encobertos nos discursos dominantes da mídia e dos agentes políticos, que até hoje propõe – disfarçadamente – uma lógica higienista para o social. Uma ilustração se dá nas falas referentes aos “rolezinhos” no estado de São Paulo, no qual a mídia e inúmeros atores sociais se pronunciaram incisivamente sua opinião contra esses eventos. Todo esse intento de segregação se percebe na fala de um dos repórteres que escreve sobre o assunto:

"Não toleram as “patricinhas” e os “mauricinhos”, a riqueza alheia, a civilização mais educada. Não aceitam conviver com as diferenças, tolerar que há locais mais refinados que demandam comportamento mais discreto, ao contrário de um baile funk. São bárbaros incapazes de reconhecer a própria inferioridade, e morrem de inveja da civilização.”<sup>2</sup>

Logo, a estrutura colonial que se instaurou nessas terras no ano de 1500 ainda continua imbricada nas relações e nas posições dos brasileiros. Uma posição aristocrática que discrimina e afasta os sujeitos do campo social. Ancorada na defesa da

---

<sup>1</sup> Para saber como se deu a construção das instituições científicas relacionado à miscigenação no Brasil ver: SCHWARTZ, 1993.

<sup>2</sup> Citação retirada do site: <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/cultura/o-rolezinho-da-inveja-ou-a-barbarie-se-protege-sob-o-manto-do-preconceito/> acesso 31 de outubro de 2014.

“moral” e dos “bons costumes” essa classe reproduz um sistema colonizador e colonizante que institui suas garras por meio de sanções e falas bem organizadas.

Essa prática de violência simbólica (BOURDIEU, 2001) exercida pelos dominantes reprime os sujeitos e os submete a um lugar de margem. Essas pessoas sempre expurgadas da “civilização” são subordinadas a uma ação pedagógica<sup>3</sup> civilizatória. Como o mesmo autor apresenta:

“Em uma formação social determinada, a arbitrariedade cultural que as relações de força entre as classes, ou os grupos constitutivos desta formação social colocam em posição dominante no sistema de arbitrariedades culturais aquela que expressa mais completamente, ainda que quase sempre de forma imediata, seja os interesses objetivos (materiais e simbólicos) dos grupos ou classes dominantes[...] Pela mediação deste efeito de dominação da ação pedagógica dominante, as diferentes ações pedagógicas que exercem nos diferentes grupos ou classes colaboram objetiva ou indiretamente a dominação das classes dominadas (Por exemplo, inculcar as ações dominadas dos saberes e atitudes cujo valor foi definido pela ação pedagógica no mercado econômico e simbólico).” (BOURDIEU,2001p. 7-8 )<sup>4</sup>

Portanto, é perceptível essa violência na fala do repórter. Ao eleger termos como “locais mais refinados” ou “comportamento mais discreto” ele define um sistema de arbitrariedade cultural vigente, que seria o da classe média. Em seu relato vê essa ação pedagógica que exprime uma dicotomia entre ser “culto” e “bárbaro Assim, esses jovens são expurgados do mundo “culto” e inseridos no campo da “barbaridade” sendo necessário aprender seu “lugar”“. Essa atitude se relaciona a ideia de uma qualificação naturalizada dos grupos e lugares apontada por Amita Baviskar (2010), em sua perspectiva isso se daria por via do estado, porém nesse caso outros atores sociais tomam seu lugar, especificamente aqui: a mídia. A naturalização como “baderneiros”, “bárbaros” e “inconvenientes” demonstra como a violência simbólica é banalizada no tecido social, contrapondo a ideia de uma violência patológica (BAVISKAR, 2010). Ao começar a frequentar esses shoppings de classe média, esses jovens expõe o preconceito camuflado de certas classes sociais do país.

As favelas como lugares marcados pela violência e barbárie, sofre a definição naturalizada do espaço (BAVISKAR, 2010). Vistos como “Favelados” eles são

---

<sup>3</sup> Sendo que: “Toda ação pedagógica (AP) é objetivamente uma violência simbólica em tanto que a imposição, por um poder arbitrário, de uma arbitrariedade cultural” (BOURDIEU, 2001: 5)

<sup>4</sup> Tradução livre

relegados as margens, sendo esses considerados insuficientemente socializados na lei (DAS & POOLE, 2008), ou seja, não vive nos padrões colocados socialmente pelo estado e seus atores sociais. Enquanto, esses “favelados” se encontram no seu lugar de origem, contidos em seu espaço, tudo esta sobre a ordem, porém quando eles passam a frequentar espaços que “não condizem a sua origem” retira a “Vida nuda” de sua estabilidade concreta para sua instabilidade dissolvida no meio social (DAS & POOLE, 2008). Antes o território do Estado era mapeado e marcado com lugares específicos para cada grupo, no caso o shopping para a classe média e a favela para os referidos jovens, mas diante a um novo contexto onde a Translocalidade (APPADURAI, 1997) se torna vigente isso muda. Esse fluxo de pessoas entre os territórios já demarcados expõem as diferenças presentes entre os grupos componentes do lugar produzindo um conflito interno de valores.

Esse trânsito de pessoas por espaços marcados ideologicamente deixa explicito a lógica da exclusão. Como aponta Bauman:

“A longo prazo, contudo, tornou-se evidente que uma dimensão mais espetacular, e talvez ainda mais influente, da expansão do Ocidente em escala mundial foi a lenta e implacável globalização da produção de lixo humano, ou, para ser mais preciso, ‘pessoas rejeitadas’- pessoas não mais necessárias ao perfeito funcionamento do ciclo econômico e portanto de acomodação impossível numa estrutura social compatível com a economia capitalista” (BAUMAN, 2000 p.46)

Poder-se-ia audaciosamente dizer que ao visitar esses shoppings os jovens, inconscientemente, enfrentam as espacialidades e desafiam os lugares já determinado pela estrutura de poder. Desse modo, atinge o ego daqueles que já são “socializados” no ambiente que no decorrer do evento buscam se defender por meio de artifícios possíveis. Toda essa discussão se assemelha a uma imposição colonial que busca instrumentos de dominação seja ele qual for, sendo a dualidade da conquista, já citada, uma delas. Essa lógica se assemelha ao processo colonizatório, como aponta Bourdieu em relação a colonização francesa da Argélia :

“o conservadorismo segregacionista e o assimilacionismo só na aparência se opõem. Num dos casos, invocam-se as diferenças de fato, de forma a negar a identidade de direito e, no outro, negam-se as diferenças de fato em nome da identidade de direito. Ou então se atribui dignidade humana, mas só ao Francês virtual; ou trata-se de recusá-la, invocando a originalidade da civilização magrebina – mas originalidade inteiramente negativa, definida por aquilo que falta.” (BOURDIEU & SAYAD, 2006p. 48)

Em suma, negar o direito dos jovens se expressar seja pelo funk seja pelo “bonde” ou dizer que eles precisam ter “bons modos” são maneiras coloniais impositivas. São eufemismos para a lógica da exclusão que subscreve assuntos como esse em outras chaves para que não se insira no debate da segregação existente no Brasil. Essa sendo preferível ser ocultada e não colocada em público, sendo somente articulada como algo normal da sociedade.

### **Conclusões Finais**

Essa problemática seria, portanto, um evento social que explicita, em seus modos, valores sociais submergidos na realidade. São chagas de um passado sombrio que de acordo com a “maioria” ficou para trás nas senzalas, canaviais e navios. A esperança de uma nova era é entoada todos os dias, defendendo pilares fundamentais importados de uma terra distante e de um passado longínquo que a tem a missão de buscar a igualdade e fraternidade, pois como dizem a “liberdade” já nos foi dada. Entretanto, alcançar tal valor se torna uma tarefa árdua no momento que se herda um passado segregacionista e desigual. Na contemporaneidade discursos de luta e reapropriação do espaço de fala ressurgem, por meio de resistência e enfretamento do modelo vigente. Esses discursos ressurgem nos rincões do campo até as periferias urbanas, lugares escritos pela dominância e pela dominação, corpos marcados pela subalternidade, pelas divisões.

O incomodo não se dá pelo evento, mas por quem faz o evento. Aquele jovem audacioso que sai do seu devido “lugar” para “invadir” outras fronteiras, não físicas, mas intangíveis. Aquela fronteira que socializa os corpos e determina suas possibilidades. O que é dito muitas vezes não condiz à realidade, um país que produz publicidade exaltando que é um “país de todos” continua segregando sua gente através de mecanismos sutis de dominação.. As lutas e resistências se dão de várias formas, o tecido social é ainda permeado por um pensamento colonial, marcado pela uso de instrumentos de controle e delimitação dos espaços sociais possíveis. A manutenção da desigualdade pode se perceber a partir do discurso, das formas de organização de grupos que pretendem não abordar os novas expressões que o social ressignifica.

## Referencias Bibliográficas

APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. *Novos Estudos Cebrap*. n. 49, novembro 1997. pp 7-32.

BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BAVISKAR, Amita. *Written on the body, written on the land. Violence and environmental struggles in Central India*. Working papers 02, 2010. Berkeley Workshop on environmental politics.

BOURDIEU, P. e SAYAD, Abdelmalek. A dominação colonial e o Sabir cultural. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 26, p. 41-60, jun. 2006

BOURDIEU, P & PASSERON, Jean Claude. *Fundamentos de una teoría de la violencia simbólica*. En: Bourdieu, Pierre y Passeron, Jean-Claude. *La Reproducción. Elementos para una teoría del sistema de enseñanza*, Libro 1, Editorial Popular, España, 2001. pp. 15-85

DAS, Veena & POOLE, Deborah - *El Estado y sus márgens*. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, núm. 8 junio de 2008, GERI-UAM.

FANON, F. *Da Violência no contexto internacional*. In. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979, p. 75-85.

\_\_\_\_\_ *Guerra colonial e perturbações mentais. Série A*. In. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979, p. 211-229.

FANON, Franz. *Pele Negra, máscaras brancas*. Porto: Paisagem, 1975.

FERNANDES, F. "Mobilidade social e relações raciais: o drama do negro e do mulato numa sociedade em mudança". In: FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

QUIJANO, Anibal - *Colonialidade, Poder, Globalização e democracia*. *Revista Novos Rumos*, No. 37, Ano 17, 2002.

SCHWATZ, L. *O espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.